



BRASÃO DE ASTORGA

ASTORGA O MUNICÍPIO E A COMARCA

Após a fundação da cidade de Londrina, a Companhia de Terras Norte do Paraná lançou-se a novas empreitadas no sertão paranaense. Em 1945 os engenheiros e agrimensores da companhia organizaram o loteamento de oito alqueires, numa área sob jurisdição do município de Mandaguari, em forma de triângulo simbolizando a letra “V” em comemoração à vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial.

Desde o início o núcleo recebeu a denominação de Astorga em homenagem à cidade natal do general Ascoot, um dos diretores da Companhia de Terras Norte do Paraná.

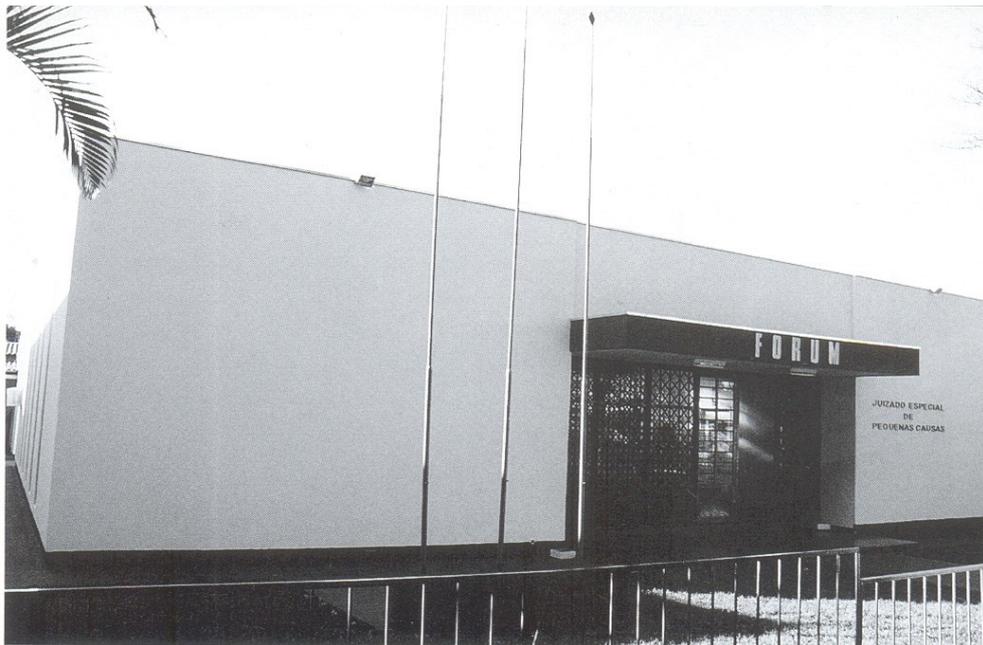
Em 1947 Astorga foi elevada à categoria de distrito administrativo de Arapongas e em 14 de novembro de 1951 foi criado o Município de Astorga abrangendo os distritos de Içara, Santa Fé, Tupinambá e Santa Zélia.

A INSTALAÇÃO DA COMARCA

A Comarca de Astorga foi criada pelo Lei Estadual nº 1542 de 14 de dezembro de 1953 e instalada em 31 de maio de 1954. O primeiro Juiz de Direito titular da nova comarca foi o Dr. Jorge José Domingos. De entrância intermediária, compreende os distritos judiciários de Içara, Iguaçu e Tupinambá.

O Foro Judicial é composto de 2 Varas Judiciais e Ofício Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público.

O Foro Extrajudicial é composto por: Tabelionato de Notas acumulando, precariamente, o Tabelionato de Protesto de Títulos; 1º Serviço de Registro de Imóveis acumulando, precariamente, o Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais e o Serviço de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas; e 2º Serviço de Registro de Imóveis.¹



Fórum Desembargador Aluizio Garcia da Costa Barros

¹ Fontes:

FERREIRA, João Carlos Vicente. O Paraná e seus Municípios. Cuiabá: Memória do Brasil, 1999.

VERNALHA, Milton Miró. Juizes do Paraná. Curitiba: [s.n.], 1991.

OLIVEIRA, Choris Elaine Justen de. Fóruns do Paraná. Curitiba: [s.n.], 2002.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. Cinquentenário da Comarca de Astorga. Curitiba: [s.n.], 2004.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná. Curitiba: Juruá, 2014.